

## MEMORIAL DA RESISTÊNCIA NO BRASIL E MUSEU DO ALJUBE EM PORTUGAL: MEDIAÇÕES POR MEIO DE OBJETOS SIMBÓLICOS

MEMORIAL OF RESISTANCE IN BRAZIL AND ALJUBE MUSEUM IN PORTUGAL: MEDIATION THROUGH SYMBOLIC OBJECTS

Caio Vargas Jatene \*  
caio.jatene@usp.br

Mariana Ramos Crivelente \*\*  
mariana.crivelente@usp.br

Nair Yumiko Kobashi \*\*\*  
nairkobashi@gmail.com

**RESUMO:** Análise do significado histórico, político e simbólico do Memorial da Resistência de São Paulo e do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade de Portugal. São feitas, inicialmente, observações sobre os cenários políticos da ditadura civil-militar brasileira e da ditadura salazarista, bem como a transição desses países para a democracia. Nesse contexto, são discutidas as diferentes abordagens do conceito "Lugares de Memória" para compreender os princípios que informam as práticas de mediação cultural dos museus de resistência. Nas conclusões são ressaltados o protagonismo dos museus de resistência nas lutas por Memória, Verdade e Justiça, por Direitos Humanos e a preservação do patrimônio político-cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura civil-militar (Brasil); Ditadura salazarista; Transição democrática; Revolução dos Cravos; Museus de Resistência.

**ABSTRACT:** Analysis of the historical, political, and symbolic significance of the Memorial of Resistance in São Paulo and the Aljube Museum - Resistance and Freedom of Portugal. Initially, observations are made on the political scenarios of the Brazilian civil-military dictatorship and the Salazarist dictatorship, as well as the transition of these countries to democracy. In this context, the different approaches to the concept of "Places of Memory" are discussed to understand the principles that inform the cultural mediation practices of resistance museums. The conclusions highlight the protagonism of resistance museums in the struggles for Memory, Truth, and Justice, for Human Rights, and for the preservation of political-cultural heritage.

**KEYWORDS:** Civil-military dictatorship in Brazil; Salazar dictatorship; Democratic transition; Carnation Revolution; Resistance Museums.

Foi bonita a festa, pá  
Fiquei contente  
Ainda guardo renitente  
Um velho cravo para mim  
(Chico Buarque, letra da canção "Tanto Mar")

---

\* Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Possui experiência profissional no Museu Paulista da USP (Museu do Ipiranga), no arquivo histórico do Instituto Butantan e como pesquisador do Memorial da Resistência de São Paulo.

\*\* Doutoranda em Ciência da Informação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

\*\*\* Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professora livre-docente da Universidade de São Paulo e integrante do Grupo de Pesquisa SCIENTIA.

### *Introdução*

No Brasil e em Portugal, dois países marcados por longos períodos de regimes autoritários, os museus assumem dimensão significativa como espaços de resistência, memória e reflexão sobre os eventos traumáticos. Essas instituições desempenham papéis importantes tanto para preservar quanto para problematizar os fatos ocorridos nesse período. Nessa perspectiva, são analisados o Memorial da Resistência de São Paulo e o Museu do Aljube-Resistência e Liberdade de Portugal, dois museus de memória importantes no processo de preservação e difusão de informações e conhecimentos sobre memória política, verdade e justiça.

O Brasil viveu sob um regime de repressão, torturas, desaparecimentos forçados, censura e violações sistemáticas dos direitos humanos a partir do golpe de 1964, que implantou a ditadura civil-militar. A abertura para a democracia, em face do descontentamento crescente da sociedade com a falta de liberdade e o aprofundamento das desigualdades sociais, foi lenta, comandada pelos próprios militares no poder. A Revolução dos Cravos contrasta vivamente com o que ocorreu no Brasil: liderada por setores militares, derrubou o regime fascista.

Uma abordagem comparativa entre as duas experiências permite compreender, mais ampla e profundamente, as práticas de mediação cultural e de sensibilização do público adotadas por museus de resistência. Ao analisar essas duas instituições, é possível identificar as estratégias utilizadas na construção da memória crítica dos períodos autoritários e os respectivos processos de transição democrática.

Brasil e Portugal enfrentam, ainda hoje, grandes desafios para consolidar a democracia. A experiência histórica recente demonstra de forma cabal que a manutenção da democracia e a implementação de políticas públicas em defesa dos direitos humanos, exigem atenção permanente. Neste contexto, ressaltamos a emergência dos museus de resistência, dispositivos considerados essenciais para compartilhar socialmente os fatos traumáticos ocorridos nos anos de chumbo, colocando em tela as diferentes abordagens e práticas de mediação empreendidas. Ao analisar essas experiências, a brasileira e a portuguesa, este artigo visa apontar os desafios e percalços enfrentados para garantir a circulação de informações e conhecimentos sobre a memória, a verdade e a justiça.

## Contexto histórico

### *Ditadura civil-militar (Brasil)*

Ao longo da ditadura civil-militar implantada em 1964, o Brasil viveu um dos mais longevos regimes autoritários dentro do espaço latino-americano, assim como Portugal, que viveu uma das mais duradouras ditaduras da história (AUGUSTO, 2012). A Revolução dos Cravos caracterizou-se, para os brasileiros, como uma chama de esperança de democracia. Com efeito, pouco tempo após a Revolução dos Cravos, as forças militares brasileiras, desgastadas pela crise política e econômica, deram início à "abertura lenta, gradual e segura"<sup>1</sup>.

A ditadura brasileira, de fato uma ditadura civil-militar, foi caracterizada por Carlos Fico (2017) como "ditadura documentada", tendo em vista seu viés burocrático. O regime institucionalizou a violência de Estado por meio dos chamados Atos Institucionais (AIs). O mais emblemático deles, o Ato Institucional Número 5 (AI-5), promulgado em dezembro de 1968, revogou as garantias fundamentais tais como o direito à opinião, à liberdade de reunião, ao *habeas corpus*, entre outros. O AI-5, que permaneceu em vigor por dez anos, intensificou a Guerra Suja<sup>2</sup> e o Terrorismo de Estado<sup>3</sup>. Os cidadãos que se opunham ao regime foram processados e condenados pela Justiça Militar sob a acusação de praticarem crimes contra a Segurança Nacional.

Nesse contexto, foi criada, em São Paulo, a Operação Bandeirantes (OBAN)<sup>4</sup>, "força-tarefa" clandestina precursora dos Destacamentos de Operações e Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs). Esses órgãos, subordinados diretamente aos Ministros Militares, foram instalados em todo o país, constituindo, juntamente com os

---

<sup>1</sup> Bordão atribuído ao ditador Ernesto Geisel e ao então Ministro Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, em 1974.

<sup>2</sup> A Guerra Suja diz respeito à aplicação de violência indiscriminada, em desrespeito às convenções internacionais e a qualquer legalidade estabelecida. Dentro dessa lógica, os agentes da repressão se valiam da sequência: sequestro, tortura e desaparecimento forçado no combate ao chamado inimigo interno subversivo (NOVARO; PALERMO, 2007).

<sup>3</sup> O Terrorismo de Estado é uma prática de dominação e disciplinamento aplicada de acordo com as necessidades particulares dos promotores dos golpes de Estado, é a potencialização do uso de todos os mecanismos repressivos disponíveis. Por essa tática, as ditaduras objetivam eliminar focos opositores, de qualquer natureza, enquadrar a população nas diretrizes impostas e conquistar a obediência das instituições (PADRÓS, 2013). O conceito, baseado no proposto por Hannah Arendt (2012), refere-se ao interesse máximo do terror praticado pelo Estado, cujo cerne é a ideia de sacrifício de uma parte da sociedade em benefício do todo. Logo, o terror não tem como objetivo eliminar a liberdade; ao contrário, visa eliminar a fonte da liberdade: a própria existência.

<sup>4</sup> A Oban foi criada com a colaboração estreita do setor empresarial, que contribuiu financeiramente para viabilizar esse órgão.

Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), a espinha dorsal do aparato repressivo, responsável por torturas, sequestros, assassinatos, fugas forçadas e desaparecimentos forçados.

O viés burocrático, acima referido, faz com que o Brasil seja considerado detentor do maior conjunto documental, de origem pública, sobre a repressão política, dentre os países sul-americanos (STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014). O projeto Brasil Nunca Mais (BNM), criado no final da década de 1970, fez cópias dos processos do Superior Tribunal Militar (STM) contra presos políticos a fim de salvá-los de eventual destruição. Esse acervo está disponível tanto sob forma impressa quanto em meio digital (THIESEN, COITINHO, 2014).

Posteriormente, o Centro de Referência Memórias Reveladas (CRMR) recebeu os documentos do antigo Sistema Nacional de Informações (SisNI), cujo órgão central foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), que perfaz 16,5 milhões de páginas. A esse acervo somaram-se os documentos de alguns Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) que foram recolhidos aos arquivos estaduais. A quantidade poderia ser infinitamente maior. Estima-se que somente 15% dos documentos das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) tenham sido recolhidos ao CRMR. Os documentos dos Centros de Informações (CIs) das Forças Armadas (CEI, CISA, CENIMAR), permanecem inacessíveis, pois a existência desses documentos é sistematicamente negada pelos comandos militares (STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014).

A transição brasileira transcorreu de forma incompleta, sem a responsabilização penal dos perpetradores de violações dos direitos humanos. A Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), em vigor até os dias atuais, não processou criminalmente nenhum ditador ou agente da repressão, apesar da vasta documentação comprobatória (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011). A Lei de Anistia, aplicada para promover a reparação material e simbólica dos opositores, garantiu também a impunidade dos militares, mesmo após o país ter dado início à transição para a democracia.

É necessário reconhecer que a sociedade brasileira não foi capaz de enfrentar de forma efetiva o seu passado traumático. A memória hegemônica sobre o regime militar foi impulsionada pela aliança entre a elite política e o empresariado (NAPOLITANO, 2014). Desse modo, a maior parte das medidas de democratização previstas na Justiça de Transição, não foram implantadas ou ocorreram tardiamente. São exemplos da morosidade referida, a

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), reivindicada pelos familiares dos desaparecidos forçados e pelos segmentos progressistas da sociedade civil, que foi criada somente em 1995. A Comissão de Anistia, instrumento para promover a reparação das vítimas e familiares de mortos, desaparecidos forçados e ex-presos políticos, foi criada em 2001. A luta por memória, verdade e justiça ganhou fôlego somente a partir de 2003, por meio de projetos como os do Centro de Referência Memórias Reveladas, da Lei de Acesso à Informação Pública, do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e das Caravanas da Anistia. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), um dos principais eixos da Justiça de Transição, foi instalada somente em 2012, por determinação da presidente Dilma Rousseff. A CNV apresentou seu relatório final em 2014, recomendando a revisão da Lei de Anistia e a responsabilização criminal, civil e administrativa dos agentes da ditadura (BRASIL, 2014). Porém, tal revisão não foi colocada em pauta até o momento.

As comissões da verdade têm sido as principais impulsionadoras de políticas públicas de construção da memória nos países do Cone Sul, desde a década de 1980, por seu papel investigativo, judicial, político, educativo e terapêutico (TENAGLIA, 2019). A instalação da CNV<sup>5</sup>, no Brasil, simbolizou o ápice de um processo transicional complexo e não linear, até então, restrito à reparação material. Apesar do atraso para ser criada e de suas limitações políticas, jurídicas e institucionais, a CNV é um marco fundamental para consolidar o Estado de Direito no país (QUINALHA, 2013).

No âmbito das políticas públicas, a transição brasileira privilegiou, no início, a construção de uma memória predominantemente arquivística e em práticas restritas à reparação pecuniária das vítimas. Contudo, atualmente, observa-se a emergência de novos olhares sobre a memória política. Hoje, discute-se abertamente a necessidade de processar judicialmente os agentes públicos que atuaram nos órgãos de repressão. São indícios desses novos olhares a emergência de memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), em torno de temas sobre as mulheres encarceradas, a comunidade LGBTQIA+, os trabalhadores oprimidos e torturados dentro de fábricas, os negros que ousaram fundar o Movimento Negro Unificado

---

<sup>5</sup> O restabelecimento das verdades, pelas Comissões da Verdade, ocorre por meio dos testemunhos das vítimas, em contraposição aos fatos narrados pelas elites no poder. Os relatórios das comissões da verdade têm o estatuto de prova jurídica e de documento histórico (NAPOLITANO, 2014).

(MNU) e sobre os povos originários atingidos, que vêm à tona por meio de testemunhos. Essas práticas, de múltiplas dimensões, ganharam maior fôlego, no Brasil, com a criação do Memorial da Resistência de São Paulo, cujo acervo principal é composto por testemunhos das vítimas.

### *Revolução dos Cravos*

Ao contrário do ocorrido em 1964 no Brasil, quando os militares tomaram o poder e extinguiram a democracia e os direitos fundamentais, em Portugal, diferentes forças de oposição se uniram ao Movimento das Forças Armadas (MFA), para livrar o país da ditadura (SECCO, 2003). A Revolução dos Cravos surpreendeu o mundo por ter sido deflagrada pelo exército. Na contramão dos movimentos militares golpistas de direita, o 25 de abril de 1974 apontou para a via democrática, com forte adesão popular (AUGUSTO, 2012).

Durante o longo período de ditadura em Portugal, sob a denominação de Estado Novo, de 1933 a 1974, a repressão sistemática instaurada para controlar a população e eliminar os opositores, assim como os mecanismos de censura prévia, foram eficientes em sufocar a liberdade de expressão e de associação e afetou a vida cotidiana dos portugueses (SECCO 2003). A ditadura fascista portuguesa, tal como a ditadura militar no Brasil, se utilizou de “violência punitiva” institucionalizada e burocrática, da qual a polícia política constituía o seu eixo fundamental (CARDINA, 2015). Inclusive, diante do “sincretismo conceitual” representado pelo Estado Novo, este foi definido como um “hibridismo constitucional do autoritarismo” ou uma “ditadura constitucionalizada” (FARINHA, 2019).

Dentro do circuito repressivo português se destacaram as prisões políticas como a do Aljube, Caxias e Peniche. Somam-se a elas as colônias penais, da qual a mais emblemática foi o campo de concentração do Tarrafal, conhecido como “o campo da morte lenta”, situado na ilha de Santiago, em Cabo Verde. Os milhares de encarceramentos por “crimes contra a segurança interna do Estado” eram seguidos de um longo período de isolamento do preso sem interferência das instâncias judiciais. Essa fase de isolamento ocorria, principalmente, na prisão do Aljube em Lisboa, onde além da incomunicabilidade ocorriam torturas e maus-tratos sistemáticos (FARINHA, 2019).

Após o advento da Revolução dos Cravos, as estruturas políticas e econômicas de Portugal foram reformadas por medidas pacíficas (SECCO, 2003). Inicialmente, a Junta de

Salvação Nacional, composta exclusivamente por militares, garantiu o processo de democratização. Durante os governos provisórios, ganharam destaque as figuras civis, tais como Mário Soares, da direção do Partido Socialista (PS) e Álvaro Cunhal, secretário geral do Partido Comunista (PC). Os socialistas venceram as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, tendo Mário Soares assumido, em 1976, o governo constitucional (SECCO, 2003).

A revolução, que aboliu o colonialismo e o imperialismo na África, marcou a reinserção política de Portugal à Europa após um longo período de isolamento. A Revolução dos Cravos foi caracterizada como um movimento democrático, pacífico, generoso, de respeito às leis (SECCO, 2003).

Correu o mundo a imagem de uma mulher do povo oferecendo um cravo vermelho a um soldado que, após aceitá-lo, o colocou no cano de seu fuzil. O cravo vermelho transformou-se, no imaginário português, em símbolo de um novo país, sem autoritarismo, com liberdade política, orientado por princípios à esquerda (AUGUSTO, 2012). A partir daí, o cravo vermelho associou-se à democracia, à liberdade e à esperança, em várias partes do mundo.

A justiça de transição, em Portugal, focou-se em lidar com os crimes cometidos durante o regime salazarista, especialmente nos primeiros anos após a Revolução dos Cravos. Uma das primeiras medidas foi a extinção da polícia política do regime, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS), responsável pela repressão de opositores. Após a revolução, foi criada uma comissão especial para apurar as responsabilidades dos integrantes da PIDE/DGS. Os julgamentos ocorreram principalmente em Tribunais Militares Territoriais (TMT), resultando na condenação de vários agentes da repressão, muito embora muitas penas tenham sido reduzidas ou perdoadas posteriormente. A ausência de anistia para os envolvidos facilitou a responsabilização, embora a elite política do regime não tenha sido julgada. Isso gerou uma sensação de impunidade devido às penas leves e à reintegração de alguns agentes ao funcionalismo público (GALLO, 2022).

As transições democráticas no Brasil e em Portugal não ocorreram da mesma forma. Os dois países enfrentaram seu passado traumático e reconstruíram, cada qual à sua maneira, as suas narrativas históricas. No entanto, tanto no Brasil como em Portugal, a criação de museus de resistência e memória, como o Memorial da Resistência de São Paulo e o Museu do Aljube - Resistência e Liberdade de Lisboa, têm em comum o fato de terem impulsionado

e conferido renovado fôlego para a construção crítica da memória política. A discussão em torno dos lugares de memória tem sido, de fato, essencial para estimular reflexões sobre a preservação e a representação de eventos históricos traumáticos, como também para promover a superação dos traumas.

### *Lugares de memória e traumas sociais*

A aceleração do tempo histórico, o medo constante de perdas e a febre contemporânea por memória introduziram fissuras na relação entre o presente e o passado. É emblemática a frase de Pierre Nora: "há locais de memória porque não há mais meios de memória" (1993, p. 7). Na mesma direção, Huyssen (2000) afirma que a "cultura de memória" emerge em resposta ao ritmo acelerado das mudanças históricas e sociais, à efemeridade, à fragilidade e à transitoriedade dos feitos humanos. Hartog (2013), por sua vez, declara que os lugares de memória são sintomas da crise social do "presentismo", são indícios contemporâneos de nossa relação com o tempo, traduzidos em modos de contrariar a própria ordem natural entre passado e presente, isto é, de "presentificar" o passado:

Os *Lieux* são também sintoma no sentido de que o lugar de memória fez sucesso: entrou rapidamente no uso e nos fatos, e até mesmo na lei [...] O lugar veio em socorro do monumento histórico superado e ultrapassado (HARTOG, 2013, p. 187).

Por outro lado, diversas vozes manifestam críticas ao conceito Lugar de Memória proposto por Nora. Para Assmann (2011) a definição de Nora é estreita por reduzir a construção da memória à dimensão formadora. Com efeito, Nora enfoca a memória como uma tradição cultural que conecta o indivíduo à sua nação ou região. Assim, a memória abrange locais que podem se tornar lugares de memória por remetê-la, prioritariamente, a eventos relevantes:

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais de recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está caracterizada em artefatos. (ASSMANN, 2011, p. 318).

O conceito, proposto por Nora (1993), está relacionado ao paradigma da modernidade e ao historicismo (ASSMANN, 2011). O conceito não abarca, por exemplo, os locais de

recordação traumática pós-II Guerra Mundial. Nesses locais, a possibilidade de narrar a história é bloqueada, muitas vezes, por pressões psicológicas ou tabus sociais, como a vergonha e a coação.

Assmann (2011) prossegue: os lugares de memória de Nora (1993) se enquadram nos chamados locais memorativos, onde ocorreram fatos admiráveis, de caráter exemplar, portanto, impregnados de valores míticos, religiosos ou históricos. São inesquecíveis, traduzidos como recordação vinculadora positiva para determinados grupos sociais. Porém, os locais traumáticos se diferenciam; eles nem sempre promovem a construção afirmativa de sentido.

Afetos de diferentes tipos também se ancoram em locais traumáticos. Por exemplo, para as vítimas do Terrorismo de Estado, são lugares saturados de sofrimento. São, por outro lado, simultaneamente, sustentáculos para compartilhar experiências de natureza variada: para os familiares das vítimas, os lugares de memória são cemitérios, onde prevalece o luto e se prestam homenagens; para os visitantes que não têm relação direta com o trauma, o lugar cumpre a função de museu, conservado por meio de reconstituições, exposições e visitas guiadas; para os grupos religiosos, pode ser um local de peregrinação; para grupos políticos, converte-se em local de manifestações, reivindicações, exigências; para os historiadores, é um sítio arqueológico que fornece vestígios do passado.

O local é tudo isso que nele se procura, que se sabe sobre ele, que se associa a ele. Se é objetivamente concreto, também é igualmente múltiplo, sob as perspectivas múltiplas. [...] Espera-se dos locais da recordação, para além do valor informativo, que lugares memorativos e documentais proporcionam, onde quer que se localizem, um aumento da intensidade da recordação por meio da contemplação sensorial. O palco dos acontecimentos históricos deve tornar acessível ao visitante o que as mídias escritas ou visuais não conseguem transmitir: a aura do local que não é reproduzível em *medium* algum. Essa abordagem corresponde não só a uma disposição interna muito antiga de peregrinos e turistas em busca de formação cultural, mas também a uma nova tendência na pedagogia museológica que procura veicular a história como experiência (ASSMANN, 2011, p. 351).

Ludmila Catela (2001) se opõe também à conceituação de Nora (1993) por ser ela própria do contexto celebrativo francês. Em seu lugar, propõe o termo "territórios de memória" com o qual procura dar ênfase aos aspectos relativos à conquista, ao litígio, sobretudo à disputa política pela memória em espaços geográficos determinados. Pollak

(1989), por sua vez, considera que o conceito de Nora é inaplicável ao passado traumático de outras regiões, por não abrir espaço para as memórias marginais, subversivas ou subterrâneas.

Uma vez vencida a batalha pela memória, a musealização é considerada uma das principais opções para ressignificar espaços específicos de recordação traumática. Neles, é mais proeminente a função pedagógica e interrogativa, de instigação à reflexão sobre as causas e efeitos do Terrorismo de Estado (MENESES, 2018).

### *Mediação em museus de resistência*

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) apresentou, recentemente, a seguinte definição de museu: é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, voltada para servir a sociedade. Cabe ao museu pesquisar, colecionar, conservar, interpretar e expor o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, devem ser acessíveis, inclusivos, promover a diversidade e a sustentabilidade. Eles operam de maneira ética e profissional, e, com a participação das comunidades, oferecem experiências educacionais, de apreciação, reflexão e compartilhamento de conhecimentos (ICOM, 2022).

Sob essa ótica, a musealização transforma os objetos construídos pelo homem em "objetos de museu" ou "*musealia*", definidos como artefatos especiais que, por sua carga simbólica permitem reconstituir contextos culturais, sociais e históricos (SUANO, 1986).

Porém, não são raras as críticas aos museus. Pode-se citar a observação de Paul Valéry (1960), que descreve os museus como locais que abrigam "visões mortas" e "solidões céreas"<sup>6</sup>. As obras são apresentadas de forma desconexa, perdem a vitalidade original, tornam-se objetos estáticos, desprovidos de significado. Valéry argumenta que a exposição caótica das obras dificulta a apreciação e a compreensão da arte. Outra abordagem sobre essas instituições é oferecida por Foucault (2013). Para o filósofo francês, os museus são não-lugares. Nesses não-lugares, "a regra é justapor em um lugar vários espaços que seriam ou deveriam ser incompatíveis" (FOUCAULT, 2013 p. 14). O teatro, o cinema, o jardim,

---

<sup>6</sup> "Céreo" é um termo que se refere a cera, sugerindo talvez uma ideia de algo estático, rígido ou até mesmo morto. Assim, podemos interpretar "solidões céreas" como uma maneira poética de descrever as obras dentro dos museus como estáticas, solitárias e talvez até mesmo sem vida, especialmente quando vistas em um contexto desprovido de vitalidade ou conexão com o mundo exterior.

especialmente os museus e as bibliotecas são exemplos emblemáticos desses lugares fora do espaço e do tempo (heterotópicos).

As observações de Foucault podem causar estranhamento, num primeiro momento, pois somos formados para cultuá-los, por serem instituições de valor inquestionável:

São lugares construídos, montados sob desejos: vontade de encerrar todos os tempos em um só lugar. São espaços de todos os tempos, portanto, fora de todos os tempos.

Outros lugares são crônicos (lugares passageiros) - colônias de férias, quartéis. Há também lugares onde se entra compulsoriamente, como a prisão e a clínica (FOUCAULT, 2013, p. 14).

Fabbrini (2008, p.245), por seu lado, declara que a inauguração do Beaubourg, em Paris, em 1977, marca o nascimento do fenômeno conhecido como “cultura dos museus”. Essa cultura, que se consolidou com a “exportação” não apenas de um novo conceito de museu, mas, também, com a instalação de filiais de museus (ou franquias) em diferentes países, confirmam a ideia foucaultiana de heterotopia/heterocronia. Os edifícios autorais e monumentais são, via de regra, equipados com restaurantes, bares, cafés, lojas de *souvenirs* e livrarias. Segundo Huyssen (1977, apud FABBRINI, 2018), os corredores dos museus foram convertidos em pistas de maratonas; não são mais lugares de recolhimento e de fruição de obras.

Adorno reflete sobre os sentimentos contrastantes experimentados por Valéry e Proust. Para o primeiro, o museu transforma-se cada vez mais em cemitério onde são expostas obras mumificadas. No caso de Proust, ao contrário do ceticismo de Valéry, o museu é um lugar de “*flânerie*”, espaço de consumo deslumbrado, acrítico, de recreação (ADORNO, 1998 apud FABRINI, 2008; ARANTES, 1991). A neutralização da cultura decorrente da nova conformação dos museus é o principal problema apontado por Adorno. As atividades dos museus se transmutaram em atos de comunicação de massas. O acervo é exposto como mera informação, os objetos dispostos em cenários espetaculares, porém neutros. As obras são, assim, apenas sinais sem significado.

As diversas matrizes de reflexão criaram também novos termos para caracterizar a cultura dos museus: “fetichismo esclarecido”, “distração esclarecida”, atenção flutuante, termos disfóricos em relação à fruição da arte. As reflexões sobre os novos museus apontam também para as razões econômicas e políticas que propiciaram a transformação desses e de

outros equipamentos culturais. Um traço visível da modernização do sistema capitalista consiste na diversificação dos investimentos estatais e privados destinados às áreas da ciência, da cultura e da educação. Os investimentos voltam-se para a obtenção de lucros, mediados por diferentes atores: Estado, empresas privadas, meios de comunicação, críticos de arte, jornalistas especializados, publicações especializadas, dentre outros que se associam e determinam tanto o gosto quanto as áreas prioritárias de investimento.

A complexidade dos caminhos percorridos pelas instituições de cultura tem levado pesquisadores de diversas áreas a tomarem como objetos de estudo os processos comunicacionais e informacionais em equipamentos ou dispositivos culturais, educacionais e de pesquisa científica. Nessa direção, a fim de analisar e aprofundar conhecimentos sobre esses fenômenos, são propostos arcabouços conceituais sobre o conceito de Mediação, seus usos e práticas.

A mediação, conforme Yves Jeanneret (2009), professor da Sorbonne e pesquisador da área da Comunicação/Ciência da Informação, é definida como uma complexa teia de interações sociais, técnicas e culturais. Ela ocorre em diferentes dispositivos, em contextos variados, operada por uma multiplicidade de atores.

A pesquisa sobre a mediação se articula em torno de três eixos: a) ferramenta de descrição dos processos informacionais e comunicacionais; b) forma de requalificação social das dinâmicas culturais e c) meio de questionar o próprio papel do pesquisador na circulação do conhecimento. Destaca, além disso, os três planos fundamentais da mediação: 1) Plano do processo, a mediação é definida como a habilidade de descrever com precisão os processos de informação e comunicação, permitindo fazer distinções importantes que alimentam a análise desses processos; 2) Plano social, a mediação revela a natureza social e política dos processos de comunicação, destacando uma nova relação entre o dever-fazer e o poder-dizer, além de enfatizar como os dispositivos de comunicação moldam ativamente as percepções e os papéis sociais; 3) Plano da reflexividade, a mediação refere-se à consciência crítica dos atores que produzem conhecimentos sobre informação e comunicação, ressaltando a importância de examinar de perto como as próprias práticas de pesquisa contribuem para a produção e circulação de saberes, desafiando a ideia de neutralidade e objetividade na produção de conhecimentos (JEANNERET, 2009).

A mediação e o uso dos dispositivos de cultura e informação são observados dentro de um quadro abrangente. É central na abordagem a interação dos usuários com os dispositivos de comunicação e informação. As pesquisas sobre o uso, segundo Jeanneret, tendem, porém, a enfatizar a funcionalidade dos objetos; a dimensão simbólica e representacional é, não raro, relegada a um segundo plano.

Em síntese, Mediação e Uso são noções complementares aplicadas a todos os tipos de dispositivos. Enquanto a mediação destaca a construção social e cultural dos processos comunicacionais, o uso enfoca a interação prática dos indivíduos com os dispositivos, no quadro de um conjunto de atividades educativas e sociais.

As reflexões sobre os equipamentos culturais que emergiram após a Segunda Guerra Mundial não são novos. Segundo Homulos (1990, p. 11), eles podem ser enfeixados em uma "família de instituições que colecionam documentos". Apesar de apresentarem distintas funções, elas têm preocupações semelhantes relacionadas ao armazenamento, conservação, programação pública e gestão de coleções. O diálogo entre as áreas que se enquadram nessa família de instituições tem sido importante para trocar experiências e encontrar formas adequadas de documentar os itens do acervo, adequar formatos, linguagens e plataformas de comunicação com o público.

#### *Instituições de preservação e difusão de informações sobre Memória, Verdade e Justiça*

Apresentados os marcos teóricos das reflexões sobre o conceito lugares de memória, com desdobramentos sobre os lugares de memória traumática, e o conceito Mediação enquanto teia de interações socioculturais que ocorrem em diferentes dispositivos, passamos, a seguir, à caracterização e análise do Memorial da Resistência de São Paulo e do Museu do Aljube Resistência e Liberdade, de Lisboa, duas instituições que se dedicam a coletar, organizar e difundir informações e conhecimentos sobre o Terrorismo de Estado em seus respectivos países.

Os critérios de escolha das instituições para análise foram:

- a) o papel das instituições na preservação e divulgação da memória política;
- b) a representatividade histórica e cultural na transição para a democracia;
- c) a tipologia da documentação preservada e difundida;
- d) as ações de mediação desenvolvidas.

Esses eixos foram utilizados igualmente para realizar a análise comparativa qualitativa das instituições. Essa abordagem permitirá analisar sistematicamente as instituições.

A comparação é fundamental para compreender as estratégias utilizadas para lidar com traumas históricos e promover a justiça e os direitos humanos. A abordagem pretende contribuir para o debate sobre a importância dos lugares de memória na construção de uma sociedade democrática, proporcionando *insights* sobre como as práticas museológicas podem promover a consciência histórica e a educação pública em relação à verdade, aos direitos humanos e à justiça social.

### *Memorial da Resistência de São Paulo*

O edifício do Memorial, localizado na rua Mauá, em frente ao largo General Osório (patrono da cavalaria do Exército brasileiro), foi projetado, no final do século XIX, por Ramos de Azevedo, arquiteto das elites paulistanas. Foi inaugurado em 1914 para abrigar os escritórios administrativos e armazéns da empresa Estrada de Ferro Sorocabana. Esses usos permaneceram até 1938. A partir de 1940, foi sede do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)<sup>7</sup>, durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Permaneceu ativo, também, durante o período democrático de 1945 a 1964. Continuou atuando durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1989)<sup>8</sup> até 1983, quando foi extinto oficialmente. O DEOPS e o DOI-CODI de São Paulo foram os principais órgãos de repressão da ditadura brasileira. Durante a maior parte do período ditatorial, o DEOPS atuou como a polícia política do estado de São Paulo, tendo funcionado como um Centro de Detenção, Tortura e Extermínio (CDTE) de presos políticos (NEVES, 2014).

Em 1999, o imóvel foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), por seu valor

---

<sup>7</sup> No Brasil esses órgãos eram conhecidos majoritariamente pela sigla "DOPS", mas quando nos referimos a este órgão especificamente no estado de São Paulo, utilizamos a sigla "DEOPS", conforme estudo de Aquino (1996) sobre o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Memorial da Resistência de São Paulo. A sigla "DEOPS" foi a última denominação que recebeu, em 1975. Sua extinção foi determinada pelo Decreto nº 20.728 de 04/03/1983 (AQUINO, 1996).

<sup>8</sup> A historiografia tradicional, como por exemplo Boris Fausto (2012), considera que o período da Ditadura Civil-Militar brasileira durou de 1964 a 1985, ano em que o poder foi entregue a um presidente civil, no caso José Sarney, sem eleições diretas. Porém, há estudos que consideram que a ditadura brasileira perdurou até 1989, ano da primeira eleição livre para Presidente da República, conforme Codato (2005). No presente trabalho, seguimos a linha mais atual que considera que a Ditadura Civil-Militar durou até 1989. No entanto, não existe ainda um consenso sobre essa cronologia entre os principais pesquisadores.

arquitetônico e por sua ligação com a Estada de Ferro Sorocabana, ou seja, por estar inscrito no histórico de desenvolvimento, modernização e industrialização da cidade de São Paulo. O processo de tombamento, iniciado em 1976, durou mais de 20 anos. Sua patrimonialização realizou-se à margem de participação social mais ampla. Seu uso como local de detenção, tortura, morte e desaparecimentos forçados, portanto, como símbolo de repressão durante a ditadura, não foi considerado no processo de tombamento (NEVES, 2014).

Após 1983, o edifício recebeu usos distintos vinculados a órgãos públicos. O arquivo do DEOPS foi transferido para a Polícia Federal, onde permaneceu inacessível. Essa documentação foi recolhida ao Arquivo Público do Estado de São Paulo em 1992 e aberta à consulta pública dois anos depois. As reformas de revitalização realizadas no edifício do antigo DEOPS, entre 1999 e 2002, acabaram por descaracterizar o seu interior e, de certa forma, ocultar a história do período ditatorial (NEVES, 2014). Somente uma parte da carceragem, composta por quatro celas, foi mantida (SÃO PAULO, 2017).

A primeira ocupação do local foi feita em 1999, com a encenação da peça "Lembrar é Resistir". Em seguida, em 2002, o projeto de ocupação cultural do espaço envolveu a instalação do chamado Memorial da Liberdade. Esta foi, de fato, a primeira tentativa de musealização de um lugar de memória da ditadura brasileira (BRITO; JULIÃO, 2023). Contudo, o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos passou a reivindicar a musealização de um sítio de memória crítico à repressão e ao Terrorismo de Estado com enfoque temático na resistência, nas dependências do antigo DEOPS. Após a elaboração de um plano museológico, com base em relatos de ex-presos políticos, o espaço foi inaugurado sob a denominação Memorial da Resistência de São Paulo, em 2008.

O acervo do Memorial da Resistência é composto basicamente de testemunhos gravados de ex-presos políticos. No testemunho da militante Elza Lobo (1937-2024), ligada à Ação Popular (AP), consta um fato ocorrido no Natal de 1969, enquanto estava presa no DEOPS-SP: seus familiares lhe presentearam com um bolo e um ramo de cravos vermelhos. Ela então compartilhou o bolo e os cravos com seus companheiros presos. Nos testemunhos, os militantes (ex-presos políticos) revelam a emoção provocada pelo cravo vermelho, recebido como um símbolo de esperança. Atualmente, o espaço expositivo da cela nº 4 é decorado com um cravo vermelho, verdadeiro, vivo, substituído todas as semanas pelos funcionários do museu, para simbolizar e transmitir aos visitantes a ideia de solidariedade e

resistência diante da repressão. O cravo vermelho é, hoje, um símbolo político significativo. É um instrumento de mediação que sensibiliza o público que visita o Memorial para conhecer seu acervo de documentos que registram os testemunhos dos militantes detidos, vítimas dos agentes policiais do DEOPS. É importante lembrar que os nomes dos agentes de Estado que torturaram e assassinaram militantes estão registrados no Relatório da Comissão da Verdade.

O prédio que hoje acolhe o Memorial da Resistência de São Paulo foi palco de diferentes formas de ocupação e guarda, ainda hoje, algumas referências dessa trajetória. Mesmo com a desocupação do DEOPS-SP, o edifício continuou a sediar a Delegacia do Consumidor – DECON, até 1998. Durante esse período, o prédio pertencia à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Segundo Neves (2012), em um momento de revitalização do centro da cidade, a gestão do prédio foi transferida para a Secretaria de Estado da Cultura. Foram cogitadas várias possibilidades de ocupação, como biblioteca pública estadual, Escola Superior ou Universidade Livre de Música, escola de teatro e o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro. A reforma teve início em 1999 e, em julho de 2002, o prédio foi inaugurado com a instalação “Intolerância”, de Siron Franco, e a exposição “Cotidiano Vigiado – repressão, resistência e liberdade nos arquivos do Dops 1924-1983”, como parte do projeto do Museu do Imaginário. No espaço prisional remanescente, no térreo, foi criado o Memorial da Liberdade com a exposição temporária “Cidadania: 200 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão”. No entanto, a ausência de um projeto museológico e a falta de desenvolvimento sistemático de atividades após a inauguração do Memorial da Liberdade geraram descontentamento. Houve críticas quanto à denominação do espaço, ao apagamento das memórias do lugar, e à falta de exploração do potencial educativo e cultural. A reforma focou no conforto dos visitantes, mas não revitalizou de fato o espaço, mantendo-o asséptico e pouco lembrando o antigo presídio.

Foi necessário um novo contexto sociopolítico para renovar o interesse pelo edifício. Entre 2006 e 2007, diversas atividades foram realizadas por militantes, ex-presos políticos e organismos governamentais. Em 2007, a gestão do Memorial da Liberdade foi transferida para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que solicitou um projeto a uma equipe interdisciplinar de consultores. Essa equipe elaborou o “Projeto Museológico de Ocupação. Memorial da Liberdade”, que foi entregue em agosto do mesmo ano, apresentando uma nova perspectiva

museológica e esclarecendo o que ocorreu no edifício durante o período de ocupação pelo DEOPS-SP (NEVES, 2012).

A implantação do novo projeto começou em 1º de maio de 2008, com a mudança do nome para Memorial da Resistência e a realização da exposição “Direito à Memória e à Verdade. A Ditadura no Brasil 1964-1985”, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Este processo museológico foi crucial para dar voz aos protagonistas da história, envolvendo ex-presos políticos desde o início e coletando testemunhos essenciais para entender a resistência, o cotidiano na prisão e o espaço carcerário (NEVES, 2012).

O projeto museológico do Memorial da Resistência de São Paulo foi concebido para ampliar a ação educativa e cultural do local, com o objetivo de fazer dessa instituição um espaço voltado à reflexão, à promoção da cidadania, ao aprimoramento da democracia e à conscientização sobre a importância do respeito aos direitos humanos (NEVES, 2012). O Programa Museológico do Projeto de Ocupação foi estruturado em ações de pesquisa, salvaguarda e comunicação, organizadas em seis linhas de ação: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural.

Neves (2012) divide a trajetória do Memorial da Resistência em duas fases: a primeira, como Memorial da Liberdade, inaugurado em 2002, e a segunda, a partir de 2007, quando foi elaborado o Projeto Museológico de Ocupação. A conjugação de elementos como a reivindicação da comunidade, o interesse do governo e a intervenção museológica foi essencial para viabilizar o processo e garantir sua continuidade sem desvirtuar seu objetivo.

Atualmente, o Memorial da Resistência de São Paulo conta com um centro de referência para pesquisa, atua na salvaguarda de acervo custodiado, possui auditório, área de exposição permanente, área para exposições temporárias e desempenha ações educativas e culturais, com enfoque temático sobre a resistência, controle e repressão política, bem como tornou-se uma referência tanto no Brasil quanto no exterior, colaborando para a reflexão sobre o passado e temas contemporâneos, além de estimular a criação de outras instituições. Neves (2012) defende que a prática museológica do Memorial enfatiza a memória como um processo contínuo e dinâmico. A abordagem crítica e engajada adotada no projeto museológico alinha-se aos conceitos de mediação cultural e lugares de memória, em suas

dimensões política e social, ressaltando a importância de preservar e dar voz às experiências traumáticas para promover uma sociedade mais justa e democrática.

### *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade, está sediado em um edifício histórico localizado no centro de Lisboa, próximo à Catedral da Sé e a 500 metros de distância do Arco da Rua Augusta. O edifício remonta ao século I, período de domínio do Império Romano. Seu nome, no entanto, é herança do período da ocupação islâmica da Península Ibérica (SILVA, 2020). O termo "aljube", derivado do árabe, significa poço, cisterna; mais tarde, seu significado passou a designar masmorra, cárcere, caverna ou prisão escura. Após a reconquista de Lisboa pelo rei Afonso Henriques, em 1147, o edifício passou a funcionar como prisão episcopal (MARTINS, 2015).

Em 1928, foi convertido em prisão política (SILVA, 2020). Na década de 1940 foram construídos os "curros", celas em que o preso ficava praticamente impedido de se mexer. O isolamento e o uso dos "curros" foram os principais mecanismos de tortura aplicados na prisão do Aljube nos anos da ditadura portuguesa (MARTINS, 2015). A prisão, local onde os detidos eram colocados para aguardar acusações formais, foi administrada pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado - PIDE (SILVA, 2020).

Em 1964, a própria PIDE propôs o fechamento da cadeia do Aljube dadas as suas péssimas condições de segurança, salubridade e higiene. A oposição também denunciava as condições do presídio em campanhas contra o regime. Após uma manifestação de familiares de presos políticos no local, que foi brutalmente reprimida, as atividades do presídio foram encerradas, em 1965, nove anos antes da Revolução dos Cravos (MARTINS, 2015).

O Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, inaugurado em 2015, foi criado 41 anos após a Revolução dos Cravos, em prol da preservação de uma memória ameaçada pelo tempo, após um longo período de silenciamento e amnésia. Não se sabe até hoje quantas foram as vítimas do regime, entre presos políticos, deportados e desaparecidos. Muito embora os arquivos de Salazar e da PIDE tenham sido transferidos para a Torre do Tombo durante a década de 1990, só se tornaram acessíveis, com restrições, entre 1994 e 1995.

A primeira atividade cultural do edifício do Aljube foi a exposição "A voz das vítimas", de 2011, evento promovido pela mobilização da sociedade portuguesa. Tal mobilização levou

à criação, em 2013, da Comissão Instaladora do Aljube, pela Câmara Municipal de Lisboa. Após concluídas as obras de revitalização do edifício, em 25 de abril de 2015, data comemorativa da Revolução dos Cravos, foram abertas as portas do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, sob responsabilidade da municipalidade de Lisboa (MARTINS, 2015). A iniciativa pioneira de constituição do Museu do Aljube, em Portugal, alterou o cenário de construção crítica da memória do período ditatorial e incentivou a criação de novas instituições de memória, tal como o Museu Nacional Resistência e Liberdade de Peniche, em 2017 (ALMEIDA, 2023).

A atual exposição permanente do Museu do Aljube conta com uma sala dedicada ao movimento militar de 25 de abril de 1974. A exposição descreve a sucessão de acontecimentos daquele dia. Uma das paredes é decorada com cravos vermelhos, símbolo da Revolução dos Cravos.

O percurso para transformar o Aljube em museu não foi simples, mas tornou-se um exemplo, tendo chegado até a ser considerado um modelo (PASETTI, 2017). O Museu do Aljube ocupa quase por inteiro três andares do edifício, oferecendo uma narrativa da experiência ditatorial desde suas origens até o epílogo de 1974. Nas primeiras salas, a ditadura é colocada no contexto dos fascismos europeus, estabelecendo desde o início uma interpretação que inclui o Estado Novo na família dos regimes fascistas, distanciando-se das tentativas de reduzi-lo a uma experiência autoritária mais moderada.

O museu foca principalmente a dimensão violenta do regime, mostrando vários aspectos: propaganda, censura, polícia e tribunais políticos, sistema carcerário, práticas de tortura, campos de concentração nas colônias e a guerra colonial, até a eclosão dos movimentos de libertação e a Revolução dos Cravos (PASETTI, 2017). Nascido de uma instância de memória coletiva trazida à tona pela sociedade civil e posteriormente acolhida pelo Estado, o Museu do Aljube desempenha as funções de documentar os crimes do regime salazarista e de homenagear as vítimas. Assim como o Memorial da Resistência de São Paulo, o significado do local foi invertido: de instrumento de repressão política, tornou-se instrumento de construção de narrativas sobre o período mais traumático da história contemporânea de Portugal. Essa transformação está em curso também em outros sítios da "topografia do terror" salazarista, como a Fortaleza de Peniche e o campo de concentração do Tarrafal (PASETTI, p.16, 2017).

### *Considerações finais*

Este texto procurou expor e analisar dois casos de constituição, no Brasil e em Portugal, de museus de resistência aos regimes autoritários. As duas iniciativas de musealização de lugares de memória traumáticos – O Memorial da Resistência de São Paulo, criado em 2008, e o Museu do Aljube Resistência e Liberdade, criado em 2015, são marcos da construção crítica da memória nos dois países. A partir delas, cresceu o número de novas pesquisas sobre o tema, tendo surgido também novos projetos de musealização da memória traumática, como por exemplo, o Museu Nacional Resistência e Liberdade de Peniche em Portugal e, no Brasil, o Memorial da Luta pela Justiça de São Paulo, o Memorial de Direitos Humanos de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais e o Memorial da Democracia de João Pessoa, no estado da Paraíba. Curiosamente, ambas as instituições de memória estudadas utilizam o cravo vermelho como um instrumento de mediação e sensibilização do público.

As análises sobre exemplos de museus de resistência, no Brasil e em Portugal, evidenciam a importância da preservação da memória coletiva. Ela é fundamental para o entendimento e a construção de sociedades democráticas e plurais. Os dois museus possibilitam compreender como diferentes abordagens, sejam elas feitas por museus ou outras instituições de memória, contribuem para a reflexão sobre eventos históricos marcantes, como ditaduras e revoluções. Tanto no Brasil quanto em Portugal, a memória das lutas por democracia e direitos humanos é preservada e comunicada, para que as gerações presentes e futuras conheçam os crimes praticados pelo Terrorismo de Estado, assim como o protagonismo heroico empreendidas pelos opositores aos regimes de exceção. Importante destacar que, mesmo políticas públicas em tese consolidadas, não estão imunes aos ataques por discursos negacionistas que ameaçam sua manutenção ou existência.

A mediação cultural desempenha um papel fundamental nesses processos por estimular diálogos e reflexões sobre os regimes autoritários e revelar as lutas por emancipação. A coleta de documentos sobre os períodos traumáticos, a escuta das vítimas atingidas pela violência dos agentes de Estado, a preservação, organização e difusão dos acervos são fundamentais para ligar presente e passado. Contribuem para fortalecer a consciência histórica, a não esquecer os traumas e, ao mesmo tempo, mostrar as lutas por memória, verdade e justiça, para tornar cada vez mais presente o desejo de que Nunca Mais Aconteçam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.
- ALMEIDA, Joana Miguel. Memórias e experiências para além da exposição: (re)visitar o passado no Museu do Aljube. *MIDAS*, n. 16, ago. 2023, p. 1-15.
- AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: *Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Brasileiro*. Vol. 2. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 19-45.
- ARANTES, Otília B. F. Os novos museus. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, out. 1991, p. 161-169.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ASSMAN, Aleida. *Espaços de recordação*. Campinas: Unicamp, 2011.
- AUGUSTO, Claudio. *A Revolução Portuguesa*. São Paulo: Unesp, 2012.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014.
- BRITO, Ana Paula; JULIÃO, Letícia. Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura. *Revista memória em rede*. v. 15, n. 29, 2023.
- CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, n. 25, p. 83-106. 2005.
- FABBRINI, Ricardo. A fruição nos novos museus. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. v. 11, n. 19, jan./jun. 2008, p. 245-268.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Globo, 2010.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: Edições n.1, 2013.
- FRANCO, Marina. Do terrorismo de estado à violência estatal: problemas históricos e historiográficos no caso argentino. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- GALLO, Carlos Artur. A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 38, p. 1-31, 2022.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HOMULOS, Peter. Museums to libraries: a family of collecting institutions. *Art libraries journal*, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000

ICOM. International Council of Museums. Museum Definition. 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>. Acesso em : 01 mar. 2024.

JEANNERET, Yves. La relation entre médiation et usage dans les recherches en information-communication en France. *Electronic Journal of Communication Information & Innovation in Health*, v. 3, n. 3, p. 25-34, 2009.

JEANNERET, Yves; RONDOT, Camille. Médiation de la médiation au musée du Louvre. Des logiques de recherche au sein d'un projet politique. *Les Enjeux de l'information et de la communication*, n. 1, p. 131-147, 2013.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2008.

KREFT, Francisca; LE SAUX, Mariane; LAUZÁN, Silvana. *Políticas públicas de verdad y memoria en 7 países de América Latina*. Santiago, Chile: Programa Derechos Humanos y Democracia, 2011.

MARTINS, Ana Rita Nunes Lopes. *A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

MENESES, Ulpiano B. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. In: *CONFERÊNCIA – ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS*, 10, 2018. São Paulo: 2018. p. 1-16.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

NEVES, Deborah Regina Leal. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NEVES, Kátia Regina Filipini. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva In: FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira (Orgs). *Memória e esquecimento*. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

PADRÓS, E. S. Ditaduras de segurança nacional em regiões de fronteira: o Rio Grande do Sul e a Rede de Direitos Humanos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal, 2013.

PASETTI, M. (2017). Memoriali iberici post-dittatoriali: la Valle de los Caídos e il Museu do Aljube. *Storicamente: Comunicare Storia*. n. 13, Università di Bologna, 2017. Disponível em: <https://cris.unibo.it/handle/11585/605462>. Acesso em: 04 jun. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília. v. 15, n. 105, p. 181-204, fev./mai. 2013.

SÃO PAULO (Brasil). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Memórias resistentes, memórias residentes: lugares de memória da ditadura civil-militar no município de São Paulo. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura, 2017.

SECCO, Lincoln. *A Crise do Império Colonial Português: Economias, Espaços e Tomadas de Consciência (1961-1975)*. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SECCO, Lincoln. *25 de abril de 1974: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SILVA, Daniel B. Domingues da. Museu do Aljube Resistência e Liberdade, Lisboa, Portugal. *The American Historical Review*, v. 124, n. 5, dez. 2019, p. 1805-1806.

SOSA GONZÁLEZ, Ana Maria, FERREIRA, Maria Leticia. Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-MUS Unirio/MAST*, v. 7, n. 1, p. 109-130, 2014.

STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurelio; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (org.). *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TENAGLIA, Mônica. *As Comissões da Verdade no Brasil: contexto histórico-legal e reconstrução das estratégias e ações para acesso aos arquivos*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2019.

THIESEN, Icléia; COITINHO, Angélica. BNM e BNM Digit@l: arquivo, memória e verdade – o caso Chael. In: THIESEN, Icléia (org.). *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

VALÉRY, Paul. Le problème des musées. In: HYTIER, Jean (Ed.). *Paul Valéry - Oeuvres II*. Paris: Éditions Gallimard, 1960, p. 1290-1293.